

Ano VI, v.1 2026 | **submissão: 19/03/2026** | **aceito: 21/03/2026** | **publicação: 23/03/2026**

Agricultura Familiar e Produção Orgânica como Estratégias para a Sustentabilidade e Resiliência dos Sistemas Agroalimentares

Family Farming and Organic Production as Strategies for the Sustainability and Resilience of Agrifood Systems

Otávio Riedi Marcato

Edson Gerônimo

Cristiane Claudia Meinerz

Isabela Neves

Resumo

O presente artigo analisa a agricultura familiar e a produção orgânica como estratégias para promover a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas agroalimentares. O estudo parte da compreensão de que a adoção de práticas produtivas sustentáveis tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente diante das preocupações ambientais, sociais e econômicas relacionadas ao modelo agrícola convencional. Nesse contexto, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: como a produção orgânica na agricultura familiar pode integrar-se às estratégias de sustentabilidade e de resiliência dos sistemas agroalimentares? O objetivo geral consiste em analisar como a produção orgânica, no âmbito da agricultura familiar, pode constituir-se como estratégia de sustentabilidade e resiliência. Como objetivos específicos, procurou-se descrever as possibilidades de articulação entre agricultores familiares e práticas sustentáveis de produção, analisar os impactos ambientais e econômicos da produção orgânica, identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na adoção desses sistemas e discutir o papel das políticas públicas no fortalecimento desse segmento. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em artigos científicos, livros e documentos institucionais sobre agricultura familiar, produção orgânica e sustentabilidade. Os resultados indicam que a integração entre a agricultura familiar e a produção orgânica contribui para a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento das economias locais e o aumento da capacidade adaptativa dos sistemas produtivos. Contudo, persistem desafios relacionados ao acesso ao crédito, à assistência técnica, à certificação e às políticas públicas efetivas. Conclui-se que o fortalecimento institucional, aliado à capacitação técnica e à valorização dos agricultores familiares, é fundamental para consolidar sistemas agroalimentares mais sustentáveis e resilientes.

Palavras-chave: Agricultura familiar; produção orgânica; sustentabilidade; sistemas agroalimentares; políticas públicas.

Abstract

This article analyzes family farming and organic production as strategies to promote the sustainability and resilience of agri-food systems. The study is based on the understanding that the adoption of sustainable production practices has intensified in recent decades, particularly due to environmental, social, and economic concerns related to conventional agricultural models. In this context, the research seeks to answer the following question: how can organic production within family farming integrate strategies for sustainability and resilience in agri-food systems? The general objective is to analyze how organic production in family farming can constitute a strategy for sustainability and resilience. Specifically, the study aims to describe the possibilities of articulation between family farmers and sustainable production practices, analyze the environmental and economic impacts of organic production, identify the main challenges faced by family farmers in adopting organic systems, and discuss the role of public policies in strengthening this sector. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study based on scientific articles, books, and institutional documents related

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

to family farming, organic production, and sustainability. The results indicate that the integration between family farming and organic production contributes to the conservation of natural resources, the strengthening of local economies, and the improvement of the adaptive capacity of production systems. However, challenges remain in accessing credit, receiving technical assistance, obtaining certification, and implementing effective public policies. It is concluded that institutional strengthening, combined with technical training and the recognition of family farmers, is essential for consolidating more sustainable and resilient agri-food systems.

Keywords: Family farming; organic production; sustainability; agri-food systems; public policies.

1 introdução

Neste artigo, buscou-se investigar a presença da agricultura familiar e a evolução da produção orgânica, com vistas a compreender suas contribuições como estratégias para a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas agroalimentares. A necessidade de conscientização sobre a sustentabilidade surge, sobretudo, diante da crise ecológica que vem alarmando o planeta, decorrente dos impactos causados pela ação humana sobre o meio ambiente. Esses impactos têm gerado problemas que ameaçam o equilíbrio ecológico e a sobrevivência das espécies (Hildefonso, 2019). Nesse contexto, o consumismo exacerbado, impulsionado pela globalização e pelo capitalismo, contribui para o agravamento desse cenário no âmbito alimentar, no qual o consumo de proteína animal cresce a um ritmo superior ao do crescimento populacional.

A sustentabilidade ecológica refere-se à manutenção do equilíbrio dos ecossistemas por meio da integração entre sociedade, economia e natureza, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e assegurar a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Nesse contexto, a agricultura familiar destaca-se como elemento estratégico, na medida em que suas práticas produtivas se articulam com os princípios do desenvolvimento sustentável, quando apoiadas por políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento.

Nas últimas décadas, observa-se a expansão de práticas agrícolas orientadas à preservação ambiental, como a conservação do solo e da água, o controle biológico de pragas, o uso racional de recursos naturais e a busca por níveis de produção sustentáveis (Karpinski et al., 2024). Esse conjunto de práticas fundamenta a agricultura orgânica, que se configura como uma alternativa ao modelo convencional ao priorizar a redução de impactos ambientais e a promoção da saúde humana.

O sistema de produção orgânica, foco deste estudo, consiste em um conjunto de práticas agrícolas que considera a fertilidade do solo como o resultado da matéria orgânica nele presente (Batista; Stoffel, 2022). Assim, a atuação de microrganismos sobre compostos biodegradáveis possibilita a disponibilização de nutrientes essenciais ao desenvolvimento das culturas, promovendo um sistema produtivo mais equilibrado e sustentável (Almeida; Santos; Pereira, 2025).

Nesse contexto, os produtos orgânicos são definidos não apenas por suas características finais, mas, sobretudo, pelos processos empregados em sua produção, que priorizam métodos naturais e

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

sustentáveis (Dalmoro, 2023). Conforme Hildefonso (2019), esse modelo produtivo vem apresentando crescimento significativo em escala global, com presença em mais de 130 países.

No âmbito internacional, o comércio de produtos orgânicos certificados concentra-se em mercados de países de alta renda, organizando-se em dois fluxos principais: o comércio entre nações desenvolvidas, com destaque para as relações entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão, e a atuação de países exportadores, como a Austrália, responsáveis por abastecer esses mercados.

Constata-se que o crescimento da demanda por produtos orgânicos, impulsionado pela preocupação com a saúde e o meio ambiente, tem intensificado a necessidade de regulamentação do setor. Contudo, esse processo ocorre de forma desigual entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, gerando desafios relacionados à adequação às normas internacionais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a construção de mecanismos regulatórios que considerem as especificidades de cada país, a fim de evitar a exclusão de pequenos produtores (Hildefonso, 2019). No caso da agricultura familiar, as dificuldades de acesso à infraestrutura, ao crédito e ao apoio institucional limitam a sua capacidade de atender às exigências normativas, comprometendo sua inserção competitiva nesse mercado (Gomes; Abreu, 2019).

Apesar dessas limitações, tem-se observado um movimento crescente de valorização de produtos locais, diferenciados e com maior valor agregado, o que tem impulsionado a agricultura familiar e ampliado suas oportunidades de inserção econômica. Esse contexto reforça a necessidade de criação de espaços de troca de conhecimento, de ações educativas e do fortalecimento de políticas públicas voltadas a esse segmento produtivo (Dalmoro, 2023).

Portanto, diante dessas transformações e desafios, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: como a produção orgânica na agricultura familiar pode integrar-se às estratégias de sustentabilidade e resiliência dos sistemas agroalimentares?

Assim, tem-se como objetivo geral analisar como a produção orgânica na agricultura familiar pode constituir-se como uma estratégia de sustentabilidade e de resiliência dos sistemas agroalimentares. Foram delimitados os seguintes objetivos específicos: a) descrever as possibilidades de articulação entre agricultores familiares e práticas sustentáveis de produção; b) analisar os impactos da produção orgânica na sustentabilidade ambiental e econômica; c) identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na adoção de sistemas orgânicos; d) discutir o papel das políticas públicas no fortalecimento da agricultura familiar e orgânica.

Como metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, tendo como universo de pesquisa publicações científicas, artigos, livros e documentos oficiais relacionados à agricultura familiar, à produção orgânica e à sustentabilidade, com o objetivo de fundamentar as discussões propostas.

2 referencial teórico

2.1 agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser compreendida como uma forma de organização produtiva na qual a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho são realizadas por indivíduos que mantêm entre si vínculos familiares, como relações de sangue ou de casamento (Siqueira; Araújo, 2018). Nesse modelo, destacam-se a posse da terra, o controle gerencial e a centralidade da família tanto na execução das atividades produtivas quanto na geração de renda e na permanência no meio rural.

No contexto brasileiro, a agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326/2006, que estabelece critérios para sua caracterização e reconhece sua relevância econômica e social. Trata-se de um segmento fundamental para a segurança alimentar, responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao mercado interno (De Carvalho Vieira, 2025). Em âmbito global, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a agricultura familiar constitui a forma predominante de produção de alimentos, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

Dessa forma, observa-se que a agricultura familiar desempenha papel estratégico no abastecimento alimentar nos mercados locais, além de contribuir para a geração de renda. Conforme Ramos, Silva e Oliveira (2025), esse segmento é responsável por uma parcela expressiva da produção de hortifrutigranjeiros no Brasil. No entanto, enfrenta desafios importantes relacionados à gestão econômica, como a dificuldade de definir preços de venda de forma adequada, com base em práticas empíricas, devido à ausência de controle sistematizado de custos.

Além de sua relevância produtiva, a agricultura familiar desempenha uma função social essencial ao gerar emprego e ao absorver mão de obra no meio rural, contribuindo para a redução do êxodo rural e para a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas (Nunes, 2021), o que evidencia sua multifuncionalidade, uma vez que, além de produzir alimentos e matérias-primas, também fortalece as dinâmicas territoriais e sociais (Batista; Stoffel, 2022).

Nesse contexto ampliado, a agricultura familiar deve ser compreendida como parte de um sistema mais abrangente, que integra dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais. O espaço rural, portanto, não pode ser reduzido a um local de produção de mercadorias, devendo ser entendido como um território complexo e diverso, no qual coexistem diferentes formas de organização produtiva, como o agronegócio e a agricultura familiar (De Carvalho Vieira, 2025).

Inserida nessa complexidade territorial, a produção de base familiar caracteriza-se, em geral,

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

pela diversificação das atividades produtivas, pela integração entre culturas agrícolas e pecuárias e pelo forte vínculo com os mercados regionais, o que favorece a cooperação comunitária, a valorização dos saberes locais e a produção de alimentos destinados tanto ao autoconsumo quanto à comercialização, contribuindo para o abastecimento regional (Almeida; Santos; Pereira, 2025).

Corroborando essa perspectiva, Cardoso (2024) destaca que a agricultura familiar apresenta elevado grau de diversificação produtiva e integração vertical, frequentemente orientada às necessidades alimentares da própria família, com destaque para culturas tradicionais como milho, feijão e soja.

Apesar de sua relevância econômica e social, a agricultura familiar enfrenta desafios estruturais significativos, destacando-se as limitações no acesso a recursos produtivos, crédito, assistência técnica, infraestrutura e serviços rurais, fatores que dificultam sua inserção competitiva nos mercados (FAO). Além disso, a crescente inserção em cadeias agroindustriais e a adoção de tecnologias oriundas do modelo industrial têm contribuído para a erosão dos saberes tradicionais transmitidos de geração em geração (Costa, 2025).

A agricultura familiar no Brasil manteve relações com o mercado desde o período colonial, mas passou por transformações significativas a partir da década de 1980, quando a modernização agrícola e a expansão do agronegócio resultaram na exclusão de parte dos pequenos produtores das cadeias produtivas dominantes. Esse processo levou muitos agricultores a buscar estratégias alternativas de reprodução social, como a diversificação produtiva e a valorização de produtos locais.

A partir da década de 1990, observa-se um avanço no reconhecimento institucional da agricultura familiar, com a implementação de políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento. Entre essas iniciativas, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que ampliaram as oportunidades de acesso ao mercado e incentivaram a produção local (Gomes; Abreu, 2019).

O PNAE, em particular, apresenta relevância ao promover a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, incentivando hábitos alimentares saudáveis e valorizando a cultura alimentar regional (Friedrich; Feiden; Fulber, 2022). Além disso, contribui para o desenvolvimento sustentável ao priorizar produtos locais e ao fortalecer as economias regionais (Brasil, 2010).

Apesar dos avanços, as políticas públicas ainda enfrentam desafios quanto à efetividade de sua implementação, sendo necessário ampliar o acesso ao crédito, à assistência técnica e ao cooperativismo, a fim de superar entraves estruturais que limitam o desenvolvimento da agricultura familiar (Santos et al., 2025).

Dessa forma, a agricultura familiar consolida-se como um ator estratégico na articulação entre

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

o rural e o urbano, desempenhando papel central na construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, baseado na sustentabilidade, na valorização dos territórios e na promoção da segurança alimentar.

2.2 produtos orgânicos na agricultura familiar

A agricultura orgânica caracteriza-se como um sistema de manejo sustentável que prioriza o equilíbrio ecológico, a preservação ambiental, a agrobiodiversidade e a qualidade de vida humana, fundamentando-se no uso racional dos recursos naturais e na manutenção dos ciclos biogeoquímicos (Santos, 2025). Esse modelo produtivo adapta-se às características específicas de cada localidade, buscando promover a harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente.

No âmbito conceitual, os alimentos orgânicos são aqueles produzidos sem o uso de insumos artificiais, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, hormônios e antibióticos, priorizando processos naturais que asseguram a qualidade do alimento e a sustentabilidade do sistema produtivo (De Carvalho Vieira, 2025). Nesse sentido, o processo de produção assume centralidade, determinando a classificação dos produtos como orgânicos (Karpinski et al., 2024).

A agricultura orgânica começou a se desenvolver no Brasil na década de 1970, inicialmente associada a movimentos alternativos, como o movimento hippie, que questionavam os modelos convencionais de produção agrícola. Apesar da resistência inicial por parte de produtores tradicionais, esse modelo vem crescendo, impulsionado pela preocupação com a saúde e a preservação ambiental.

Esse crescimento está relacionado às transformações no comportamento do consumidor, que passou a valorizar alimentos mais saudáveis, seguros e responsáveis (Almeida; Santos; Pereira, 2025). Como resultado, observa-se a ampliação da presença de produtos orgânicos nos mercados, ainda que seu consumo permaneça, em certa medida, restrito a determinados segmentos sociais, sobretudo em razão de preços mais elevados, decorrentes da menor escala de produção e das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores (Lombardi; Moori; Satiko Sato, 2022).

No contexto da agricultura familiar, a produção orgânica apresenta forte potencial estratégico, uma vez que se baseia em práticas adotadas por esses agricultores, como a diversificação de culturas, o uso de insumos naturais e o respeito aos ciclos da natureza. Os conhecimentos agroecológicos, frequentemente transmitidos de geração em geração, constituem um importante patrimônio cultural e técnico que favorece a adoção desse modelo produtivo.

As práticas orgânicas envolvem a reciclagem de nutrientes, a compostagem, a adubação orgânica e o controle biológico de pragas, promovendo o equilíbrio do solo e a sustentabilidade da produção. A fertilidade do solo, nesse contexto, está relacionada à atividade dos microrganismos, responsáveis pela decomposição da matéria orgânica e pela disponibilização de nutrientes essenciais

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

às plantas (Martinez; Marotta; Mangas, 2021).

A adoção dessas práticas contribui para reduzir os impactos ambientais associados à agricultura convencional, decorrentes do uso intensivo de agrotóxicos, pois a exposição a essas substâncias representa riscos à saúde dos trabalhadores rurais, podendo afetar o sistema nervoso e causar intoxicações agudas e crônicas, além de contaminar o solo, a água e os alimentos (Menezes; Rodrigues; Campos, 2024).

Destaca-se que, embora o uso de agrotóxicos tenha sido associado ao aumento da produtividade e à redução de custos, seus impactos socioambientais e sanitários têm sido amplamente debatidos, o que tem levado à busca por modelos produtivos mais sustentáveis (De Carvalho Vieira, 2025). Nesse cenário, a agricultura orgânica surge como uma alternativa viável, capaz de conciliar produção agrícola, conservação ambiental e promoção da saúde (Silva et al., 2025).

Deste modo, apesar de suas vantagens, a expansão da produção orgânica permanece enfrentando desafios significativos na conjuntura da agricultura familiar, entre os quais se destacam os altos custos de certificação, a dificuldade de acesso ao crédito, a carência de assistência técnica especializada e a atuação limitada das políticas públicas de apoio (Santos et al., 2025).

Além dos desafios estruturais e regulatórios, observa-se a necessidade de fortalecer a educação ambiental voltada aos produtores rurais, como forma de ampliar a conscientização sobre as práticas sustentáveis e a capacidade de adotar sistemas produtivos ecológicos (Santos et al., 2025). Esse processo contribui para o uso mais responsável dos recursos naturais e para a transformação de valores e práticas no meio rural, favorecendo a construção de sistemas agrícolas mais equilibrados (Pivetta et al., 2024).

Nesse sentido, o desenvolvimento da produção orgânica está relacionado ao planejamento das propriedades rurais e à articulação entre políticas públicas, o conhecimento técnico e a participação social, elementos fundamentais para promover transformações econômicas, sociais e ambientais, garantindo maior eficiência e sustentabilidade aos sistemas produtivos (Weber; Silva, 2021).

Como resultado dessas dinâmicas, a produção orgânica apresenta um potencial crescente de expansão, tanto no mercado interno quanto no internacional (Menezes; Rodrigues; Campos, 2024). O Brasil, em função de sua diversidade climática e de recursos naturais, possui condições favoráveis para a produção de uma ampla variedade de produtos orgânicos, ampliando suas possibilidades de inserção em mercados externos cada vez mais exigentes quanto à qualidade e à sustentabilidade (Friedrich; Feiden; Fulber, 2022).

Entretanto, a inserção nesses mercados requer o cumprimento de rigorosos padrões de qualidade e certificação, podendo representar uma barreira para os pequenos produtores (Menezes; Rodrigues; Campos, 2024). Dessa forma, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas e de mecanismos de apoio que viabilizem a inclusão da agricultura familiar nesse segmento.

Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

Por fim, destaca-se que a consolidação da produção orgânica na agricultura familiar depende da adoção de práticas sustentáveis, da gestão eficiente dos recursos naturais e do apoio institucional. O equilíbrio entre produção, preservação ambiental e qualidade de vida constitui um elemento central para a construção de sistemas agroalimentares mais resilientes e sustentáveis.

Considerações finais

A partir das análises realizadas, conclui-se que a agricultura familiar, associada à produção orgânica, constitui uma estratégia relevante para promover a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas agroalimentares. Essa integração se efetiva na medida em que articula práticas produtivas baseadas no uso racional dos recursos naturais, na valorização dos saberes tradicionais e na diversificação da produção, contribuindo para a conservação ambiental, a segurança alimentar e o fortalecimento das economias locais.

No que se refere ao objetivo geral, verificou-se que a produção orgânica, quando desenvolvida no âmbito da agricultura familiar, favorece a construção de sistemas produtivos mais equilibrados e adaptáveis às mudanças ambientais e socioeconômicas, reforçando sua capacidade de resposta diante de crises e instabilidades. Assim, evidencia-se que a agricultura familiar não apenas produz alimentos, mas também desempenha um papel estratégico na estruturação de sistemas agroalimentares mais sustentáveis.

Em relação aos objetivos específicos, observou-se uma possibilidade significativa de articulação entre os agricultores familiares e as práticas sustentáveis de produção, por meio da adoção de técnicas agroecológicas, do uso de insumos naturais e da integração de diferentes atividades produtivas. Tais práticas contribuem diretamente para a sustentabilidade ambiental, ao reduzir impactos negativos, e para a sustentabilidade econômica, ao agregar valor aos produtos e ampliar as oportunidades de inserção em mercados diferenciados.

Entretanto, também foram identificados desafios importantes que limitam a expansão da produção orgânica na agricultura familiar. Destacam-se as dificuldades de acesso ao crédito, à assistência técnica especializada, à infraestrutura adequada e aos processos de certificação, além da carência de conhecimentos técnicos e de gestão por parte dos produtores. Soma-se a isso a complexidade das exigências normativas e a compreensão limitada dos mecanismos institucionais das políticas públicas, fatores que comprometem a efetividade das ações voltadas ao fortalecimento do setor.

Nesse sentido, evidencia-se o papel fundamental das políticas públicas como instrumento de apoio e incentivo à agricultura familiar e à produção orgânica. Programas governamentais, quando bem estruturados e acessíveis, têm potencial para ampliar o acesso aos mercados, promover a inclusão



Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

produtiva e fortalecer a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. No entanto, torna-se necessário aprimorar sua implementação, garantindo maior alcance, integração e adequação às realidades locais.

Destaca-se também a importância da educação ambiental e da capacitação técnica como elementos fundamentais para a consolidação de práticas sustentáveis no meio rural, pois o fortalecimento desses aspectos contribui para a transformação de valores, o uso consciente dos recursos naturais e a adoção de modelos produtivos mais resilientes.

Dessa forma, responde-se à questão de pesquisa desse estudo ao afirmar que a produção orgânica na agricultura familiar se integra às estratégias de sustentabilidade e resiliência dos sistemas agroalimentares, ao promover práticas ecológicas, ao fortalecer as economias locais, ao reduzir as vulnerabilidades socioambientais e ao ampliar a capacidade adaptativa dos sistemas produtivos.

Por fim, ressalta-se que, para que essa integração se consolide de forma efetiva, é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas, o investimento em assistência técnica e educação rural, bem como a valorização dos agricultores familiares como protagonistas na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e resiliente.

Referências

ALMEIDA, M.; SANTOS, E.; PEREIRA, M. *Produção e caracterização de microrganismos eficientes: uma alternativa sustentável*. Cadernos de Agroecologia, v. 20, n. 1, 2025.

BATISTA, C. L. R.; STOFFEL, J. *Agroecologia e produção orgânica: características que distinguem e/ou aproximam os sistemas de produção sustentáveis*. COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional, v. 19, ed. esp. 1, p. 25–49, 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

CARDOSO, A. M. *Agricultura familiar e políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira, em SP*. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 2, n. 2, p. 33–42, 2024.

COSTA, R. C. *Cadeias produtivas da biodiversidade: socioeconomia das roças aos mercados*. In: COSTA, R. C. (org.). *Cadeias produtivas da biodiversidade: das roças aos mercados*. v. 1. Científica



Ano VI, v.1 2026 | **submissão: 19/03/2026** | **aceito: 21/03/2026** | **publicação: 23/03/2026**
Digital, 2025. p. 8–24.

DE CARVALHO VIEIRA, A. N. *Desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar: um enfoque econômico, social e ambiental*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025.

FRIEDRICH, J. C. C.; FEIDEN, A.; FULBER, V. M. *Agricultura orgânica: uma discussão sobre mercado de orgânicos na perspectiva local e internacional*. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, 2022.

HILDEFONSO, D. M. *Sustentabilidade em propriedades agrícolas familiares com produção de leite – estudo de caso do Cone Sul/RO*. Dissertação (Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento) – PPGAD, 2019.

KARPINSKI, F. W.; DELLAI, D.; BALDICERA, A.; JUNG, D. C. *A agricultura sustentável e seu papel na preservação do meio ambiente: a busca por um manejo conservacionista e eficiente para um ambiente mais sustentável*. Revista UNICREA Técnico Científica, v. 2, n. 2, p. 3–16, 2024.

LOMBARDI, M. S.; MOORI, R. G.; SATO, G. E. N. I. *Um estudo exploratório dos fatores relevantes na decisão de compra de produtos orgânicos*. Revista de Administração Mackenzie, v. 5, p. 13–34, 2022.

MARTINEZ, H. E. P.; MAROTTA, J. J. L.; MANGAS, I. B. *Relações solo-planta: bases para a nutrição e produção vegetal*. Viçosa: UFV, 2021.

MENEZES, M. D. S. F.; RODRIGUES, J. J.; CAMPOS, L. D. S. *Os impactos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores rurais*. Dissertação (Mestrado), 2024.

NUNES, K. *Extensão rural e suas diferentes abordagens de atuação: o caso da Epagri em Santa Catarina/Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

PIVETTA, G.; NETO, R. G.; BERNARDO, C.; COELHO, J. W.; SANTOS, A.; SANTOS, L. *O papel da extensão rural como difusora de informação: um estudo sobre a comunicação de práticas agropecuárias sustentáveis*. Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, v. 10, n. 2, 2024.



Ano VI, v.1 2026 | submissão: 19/03/2026 | aceito: 21/03/2026 | publicação: 23/03/2026

RAMOS, R. S.; SILVA, T.; OLIVEIRA, E. L. *Análise dos custos da produção agrícola familiar: um estudo em uma propriedade em Manacapuru/AM*. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 2, 2025.

SANTOS, S. D. F.; SOUSA, D. N.; FERREIRA, P. R.; MATOS, F. T. *Os desafios no acesso às políticas públicas de crédito pelos piscicultores familiares da região de Palmas-TO*. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 1, 2025.

SANTOS, V. F. *Conversão agroecológica: uma transição para além da certificação orgânica participativa*. Revista Sertão Sustentável, v. 7, n. 1, p. 24–45, 2025.

SILVA, L. V.; SOUZA COSTA, J.; PATIAS, S. G. O.; LIMA, E. A. C. R.; SILVA RIBEIRO, S. *Tecendo sustentabilidade: a produção orgânica na agricultura familiar*. Impacto Científico, p. 1769–1783, 2025.

SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T. D. *Gestão social e agricultura familiar: a construção e a materialidade de novas formas de gestão*. Mossoró: EdUFERSA, 2018.

WEBER, J.; SILVA, T. N. *A produção orgânica no Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável*. Desenvolvimento em Questão, v. 19, n. 54, p. 164–184, 2021.